

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 036, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Cria adicional de função a ser pago a servidor(a) lotado(a) na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de Responsável pela Unidade Municipal de Cadastramento – UMC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o adicional de função a ser pago a servidor(a) lotado(a) na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de Responsável pela Unidade Municipal de Cadastramento – UMC.

§ 1º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado.

§ 2º O valor estabelecido para o adicional de função é de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do padrão do servidor para desempenhar a função.

Art. 2º O adicional de que trata esta Lei não incorporará ao vencimento do(a) servidor(a) e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 103 – Crédito Orçamentário – 01 Ordinário; Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda; Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria da Fazenda; Funcional: 041220002 – Administração; Projeto/Atividade: 2019000 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

Art. 4º A presente lei terá vigência até 31/12/2016.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 20 de março de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

ROGERIO DIAS PEREIRA
Secretário de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 036, de 20 de março de 2015, que: ***“Cria adicional de função a ser pago a servidor(a) lotado(a) na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de Responsável pela Unidade Municipal de Cadastramento – UMC, e dá outras providências.”***

A presente proposta tem por objetivo conceder uma vantagem a servidor(a) lotado(a) na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de Responsável pela Unidade Municipal de Cadastramento – UMC, o que, em virtude do aumento nas demandas originadas pelo Termo de Cooperação Técnica Celebrada entre o Poder Executivo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e com o aumento de inscrições de propriedades rurais no município, fez com que as tarefas diárias desempenhadas no setor estejam exigindo maior complexidade e responsabilidade em suas execuções, em especial as relacionadas ao apoio operacional propiciado à fiscalização Estadual.

Cumpre salientar que as ações desenvolvidas por esta Unidade visa, através de ações conjuntas entre a esfera municipal e estadual, a manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Sistema de Informações Rurais (SIR).

Por fim, ressalta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal